



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TutPrv no HABEAS CORPUS Nº 656630 - SC (2021/0096461-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
REQUERENTE : ROBERTO CARLOS DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : RONALDO FERREIRA GONCALVES - SC027281
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO

Cuida-se de petição intitulada *habeas corpus* com pedido de liminar atravessa por ROBERTO CARLOS DOS SANTOS nos autos do presente HC n. 656.630/SC, em que o requerente alega, em síntese, que o defensor dativo não foi intimado pessoalmente da data da sessão de julgamento, tampouco intimado da decisão de segundo grau.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Da detida análise dos autos observa-se que a petição de fls. 154-157 é reiteração da inicial de fls. 3-8, trazendo, contudo, a afirmação de que as instâncias ordinárias desconsideraram a decisão emanada no presente *writ*.

Às fls. 141-143, decisão do Ministro Ribeiro Dantas expressamente reconheceu a irregularidade na intimação da defesa e, consequentemente, declarou a nulidade do "julgamento da apelação criminal 0001335-69.2012.8.24.0073, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina" e determinou "a realização de novo julgamento com a efetiva intimação pessoal do defensor".

Determinou ainda que "o paciente" fosse "colocado em imediata liberdade, se por outro motivo não estiver preso, com extensão dos efeitos ao corréu, Dorval Paulo Agostinhak, nos termos do art. 580 do CPP".

Diante dos fatos constantes da petição, oficie-se com urgência ao desembargador relator da Apelação n. 0001335-69.2012.8.24.0073 para que, no prazo de 72h, preste informações, que deverão ser encaminhadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, apreciarei o pedido de liminar.

Publique-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente